

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE ADOLESCENTES INFRATORES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Alana Batistuta Manzi de Oliveira, Ruth Estevão e Marina Rezende Bazon.
(GEPDIP- Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo)

Apresentador: Alana Batistuta Manzi de Oliveira
Tel: (16)81101251 (16)39646534
alana.manzi@gmail.com

No contexto do Judiciário, a tomada de decisão de profissionais em relação a adolescentes que cometem atos infracionais, assim como os investimentos em intervenções de prevenção e em programas de tratamento/acompanhamento a eles destinados, exigem a avaliação dos adolescentes que cometem atos infracionais. O marco jurídico nacional ressalta a importância de avaliar este adolescente de forma ampla e sistemática, com vistas à obtenção de reais benefícios ao seu desenvolvimento e considerando a existência de diferenças no desenvolvimento psicológico, nas condições de saúde mental, nas características sociais, familiares e educacionais e, portanto, nas necessidades de intervenções. Este estudo tem como objetivo verificar, a partir de uma revisão sistemática da literatura científica atual, quais as práticas e instrumentos são referidos em termos da avaliação psicológica de adolescentes que cometem atos infracionais. O levantamento de trabalhos foi realizado a partir da busca na base de dados Psycinfo, utilizando-se os descritores “psychological assessment” e “juvenile delinquency”, no período de 2000 a 2010. Aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 32 artigos, que foram lidos e analisados com o objetivo de identificar as principais práticas e tendências na literatura internacional atual. Dez estudos são de caráter teórico, entre os quais se encontram revisões da literatura e apresentação de estudos de casos, além de modelos explicativos de fenômenos relacionados à delinquência juvenil, com ênfase na avaliação e na intervenção. A revisão demonstrou que diferentes aspectos são considerados na avaliação de adolescentes judicializados, entre os quais podem ser citados o potencial de risco (ou reincidência), a responsabilidade ao tratamento, o risco de suicídios e a inteligência. No entanto, predomina a avaliação de aspectos relacionados à saúde mental, com ênfase na identificação de transtornos psiquiátricos. Pôde-se observar ainda a preponderância na utilização de instrumentos de avaliação estruturados (inventários, escalas), com investimentos na verificação das qualidades psicométricas dos mesmos e adaptações para diferentes culturas. Sinaliza-se que instrumentos autoaplicáveis ou autorrevelados são capazes de fornecer informações mais fidedignas sobre os adolescentes que estão envolvidos com essa problemática. Há questionamentos sobre a prática dos psicólogos nesse contexto e recuperou-se uma lista dos principais instrumentos utilizados por esses profissionais, sendo que maioria deles considera necessária a utilização de testes psicológicos. Entre as principais contribuições dos estudos recuperados, destacam-se o trabalho com avaliações multidimensionais e o reconhecimento da necessidade de diferenciar características entre os adolescentes infratores, como por exemplo, a presença ou ausência de traços de psicopatia ou necessidades específicas a serem trabalhadas na intervenção. Os autores ressaltam a necessidade de estudos no sentido de contribuir para a padronização de formas e instrumentos que possibilitem avaliar diferentes aspectos dos adolescentes infratores. (FAPESP)